

ESTADO NEOLIBERAL NO BRASIL PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1998: políticas públicas educacionais no Governo Dilma Rousseff (2011-2016)

Ana Angélica Belório¹

Júlio Alves Caixêta Júnior²

Lúcia de Fátima Valente³

Luciane Márcia de Oliveira Teodoro Silva⁴

Maria Simone Ferraz Pereira⁵

¹ Mestranda no Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), na linha de Estado, Política e Gestão da Educação. Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (2010). Especialização em Psicopedagogia pelo Instituto Passo 1 - Associação Educacional do Vale do Itajaí-Mirim (2011). Atualmente é assistente em administração na Universidade Federal de Uberlândia e atua no Setor de Registro e Informação de Extensão (Siex) da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. E-mail: anaangelica@ufu.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9081926996103526>.

² Doutorando no Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU). Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba - Uniube (2019). Mediador e Conciliador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJ/MG (2017). Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus (2014). Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Universidade Anhanguera (2013). Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Anhanguera (2012). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Patos de Minas - Unipam (2010). Professor Pesquisador atuando como Coordenador e Preceptor de Prática Real do Núcleo de Prática Jurídica Desembargador Pedro Bernardes - NPJ/Cesg (2013 - Atual). Professor de Direito Civil, Processo Civil, Prática Cível e de Aprendizagem Baseada em Problemas - ABP no Centro de Ensino Superior de São Gotardo/Cesg (2013 - Atual). Advogado atuante, sócio proprietário do escritório de advocacia Júlio Júnior Sociedade Individual de Advocacia e Advogados Associados (2011 - Atual). E-mail: prof.juliojunior@gmail.com. Instagram: @juliojunior.adv.prof. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4136600064958259>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3849-1792>.

³ Doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU). Especialista em Ética e Filosofia Política pela mesma universidade (1999). Graduada em Pedagogia e Direito pela Fundação Educacional do Nordeste Mineiro - Fenord (1991 - 1997). Professora da Universidade Federal de Uberlândia, na Faculdade de Educação. Atua na graduação (curso de Pedagogia e Licenciaturas) e no Programa de Pós-Graduação em Educação na Linha de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão em Educação. Coordenadora do Dinter UFU-IFMG (2024-2028). Membro do Conselho Municipal de Educação de Uberlândia, do Colegiado do PPGED e do Conselho da Faculdade Educação. É líder do grupo de estudos e pesquisa Lapge: Laboratório de Análise de política e gestão da educação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Permanente, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas educacionais; organização do trabalho pedagógico, direito à educação, planejamento educacional e escolar, avaliação, formação docente e a relação educação, política e Psicanálise. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2438844988464644>.

⁴ Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU); Mestre em Educação (Uniube), Licenciada em Pedagogia, Especialização em Metodologia do Trabalho em Instituições de Ensino Superior (UFU), atua como Coordenadora da Divisão de Projetos e Convênios/Proplad/UFU, Coordenadora de Execução e Políticas Públicas do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (Cecampe Sudeste/UFU). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão, Financiamento da Educação e Equidade (Gepefe). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4165551876487265> ORCID: 00-0003-3982-9142.

⁵ Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia (1996), mestrado (2006) e doutorado (2012) em Educação pela Universidade Estadual de Campinas/Unicamp. Professora da Faculdade de Educação/Faced/UFU, na graduação trabalha com Prática de Ensino e Estágio Supervisionado. Docente do Programa de Pós-Graduação (PPGED/Faced), vinculada à Linha de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão da Educação. Atualmente é diretora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: O artigo é uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculada à disciplina “Estado e Políticas Públicas em Educação”, com foco no governo de Dilma Rousseff (2011–2016). O estudo tem como tema a influência do Estado neoliberal — consolidado no Brasil após a Constituição Federal de 1988 — na formulação, nos limites e nas diretrizes das políticas públicas educacionais. A partir dos conceitos de Giovanni Alves, como “metabolismo político”, buscou-se compreender como a lógica neoliberal se impõe ao aparato estatal, restringindo a capacidade transformadora das políticas sociais e reforçando a hegemonia do capital financeiro. O objetivo geral é analisar de que modo o Estado neoliberal moldou os contornos das políticas públicas nos mandatos da presidenta Dilma Rousseff, e, como objetivos específicos, contextualizar o cenário político-econômico do Brasil no período pós-1988 e examinar os principais programas sociais e educacionais implementados. A justificativa da pesquisa reside na necessidade de problematizar a tensão entre os princípios constitucionais de justiça social e a racionalidade neoliberal dominante, contribuindo para o debate crítico sobre os limites e possibilidades da ação estatal em contextos de hegemonia financeira. Metodologicamente, a pesquisa se baseia em análise documental e revisão bibliográfica, com ênfase nas obras de Giovanni Alves e outros autores críticos do neoliberalismo. O trabalho está organizado em capítulos que contextualizam o cenário histórico do Estado brasileiro, apresentam o panorama do governo Dilma, descrevem os principais programas e políticas públicas educacionais e analisam criticamente sua submissão à lógica neoliberal. Conclui-se que, embora tenham promovido avanços importantes na inclusão social e educacional, as políticas públicas dos governos Dilma Rousseff foram moldadas por um Estado subordinado ao capital financeiro, operando dentro de um metabolismo político que limita seu potencial emancipador e reforça as estruturas da dominação capitalista.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Políticas públicas; Educação; Capital financeiro; Inclusão social.

NEOLIBERAL STATE IN BRAZIL AFTER THE 1988 FEDERAL CONSTITUTION: Educational Public Policies in the Dilma Rousseff Government (2011–2016)

Abstract: This article is a qualitative research study developed within the Graduate Program in Education, linked to the discipline "State and Public Policies in Education," focusing on the government of Dilma Rousseff (2011–2016). The study addresses the influence of the neoliberal State — consolidated in Brazil after the 1988 Federal Constitution — on the formulation, limitations, and guidelines of public educational policies. Drawing on the concepts of Giovanni Alves, such as “political metabolism,” the research seeks to understand how neoliberal logic imposes itself on the state apparatus, restricting the transformative capacity of social policies and reinforcing the hegemony of financial capital. The general objective is to analyze how the neoliberal State shaped the contours of public policies during the terms of President Dilma Rousseff, and the specific objectives include contextualizing the political and economic scenario in Brazil post-1988 and examining the main social and educational programs implemented. The justification for this research lies in the need to problematize the tension between constitutional principles of social justice and the dominant neoliberal rationality, contributing to the critical debate on the limits and possibilities of state action under financial hegemony. Methodologically, the research is based on document analysis and literature review, with an emphasis on the works of Giovanni Alves and other critics of neoliberalism. The article is organized into chapters that contextualize the historical background of the Brazilian State, present an overview of Dilma Rousseff’s government, describe the main social and educational public policies, and critically analyze their subordination to neoliberal logic. It concludes that although Dilma Rousseff’s governments promoted important advances in social and educational inclusion, their public policies were shaped by a State subordinated to financial capital, operating within a political metabolism that limits their emancipatory potential and reinforces the structures of capitalist domination.

(Quadrênio 2022-2026). Vice-diretora da Associação Nacional de Política e Administração em Educação (Anpae) - Seção MG, gestão 2021-2023. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: Avaliação Educacional (aprendizagem, institucional e externa), Gestão Educacional e Escolar, Organização do Trabalho Pedagógico da Escola. Nos últimos anos tem desenvolvido pesquisas no campo das políticas educacionais com ênfase na política educacional mineira, política de avaliação externa, a questão da qualidade educacional, especialmente no debate acerca da gestão educacional e escolar, exclusão/desigualdade na organização do trabalho pedagógico da escola. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3381781135088677>.

Keywords: Neoliberalism; Public policies; Education; Financial capital; Social inclusion.

1 INTRODUÇÃO

O Estado neoliberal é uma forma histórica do poder oligárquico-burguês no Brasil e representa o principal obstáculo à construção de um projeto civilizatório alternativo no século XXI, vez que, o Estado neoliberal se desenvolve a partir de uma dinâmica lógica de funcionamento, voltada para a reprodução do capital e a manutenção da ordem burguesa, chamada de "metabolismo político".

A função essencial do Estado neoliberal é legitimar e reproduzir a ordem social capitalista sob nova roupagem, promovendo o consenso através da despolíticação e do controle ideológico. Diferentemente das formas clássicas de dominação baseadas na coerção explícita, o Estado neoliberal opera de modo silencioso, difuso e eficiente, articulando mecanismos ideológicos que naturalizam as desigualdades sociais como consequências inevitáveis da lógica de mercado. Esse modelo de Estado atua não apenas no plano econômico, mas também no campo simbólico, cultural e educacional, buscando conformar os sujeitos à racionalidade do capital. Por meio de discursos como "responsabilidade fiscal", "eficiência" e "empreendedorismo individual", promove-se a ideia de que os problemas sociais são falhas pessoais, deslocando o foco da crítica estrutural para o comportamento dos indivíduos. Dessa forma, os direitos trabalhistas, historicamente conquistados por lutas sociais, são colocados em xeque pelo Estado neoliberal, que transfere ao indivíduo a responsabilidade pelo fracasso do capital. Nesse contexto, a estagnação econômica e o desemprego deixam de ser compreendidos como fenômenos estruturais e passam a ser tratados como falhas pessoais.⁶

Os direitos sociais passam, então, a ser associados a uma ideia de "trabalho fracassado", enquanto se difunde, como alternativa supostamente libertadora, a promessa do empreendedorismo, a *Pejotização*⁷. No entanto, essa promessa serve antes para

⁶ ALVES, Giovanni. **O Estado neoliberal no Brasil: uma tragédia histórica**. Marília, SP. Projeto Editorial Praxis, 2024. ISBN 978-65-84545-38-0.

⁷ A pejotização é uma prática adotada por empresas que consiste na contratação de trabalhadores como pessoas jurídicas (PJs), em vez de pessoas físicas, com o objetivo de disfarçar uma relação de emprego formal. Nessa lógica, o trabalhador deixa de ser reconhecido como empregado e passa a atuar como prestador de serviços autônomo, mesmo que mantenha vínculo direto, subordinação e rotina compatíveis com um contrato de trabalho. Essa estratégia permite às empresas reduzirem encargos trabalhistas e evitar

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |

legitimar a precarização das relações de trabalho do que para promover emancipação real. Assim, a despolitização se manifesta na erosão da consciência coletiva e na marginalização de propostas emancipatórias, enquanto o controle ideológico é exercido através das mídias corporativas, das políticas educacionais tecnicistas e da apropriação estratégica de instituições sociais e religiosas.

O Estado neoliberal, portanto, não apenas gerencia o capital; ele o sustenta como única possibilidade de existência histórica, neutralizando a imaginação política e bloqueando projetos alternativos de transformação social; o que evidencia a hegemonia do capital financeiro. Assim, a dívida pública, os juros altos e o controle do orçamento público são instrumentos pelos quais o capital financeiro sequestra a soberania nacional, tornando o Estado um operador de interesses rentistas.⁸

A promulgação da Constituição Federal de 1988⁹ marcou uma inflexão histórica no Brasil, consolidando o pacto democrático pós-ditadura militar e estabelecendo formalmente um Estado de Direito comprometido com os direitos sociais, civis e políticos.¹⁰ No entanto, o mesmo período em que se afirmava constitucionalmente um Estado orientado por princípios de justiça social e cidadania foi também o momento de ingresso do Brasil em uma nova lógica de dominação global: o neoliberalismo. Essa contradição – entre um arcabouço constitucional progressista e uma prática político-econômica regressiva – se tornou a marca do desenvolvimento do Estado brasileiro nas décadas seguintes.¹¹

O governo de José Sarney (1985-1990), que herdou a transição do regime militar, foi responsável pela condução do processo de redemocratização e pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Apesar de seu papel formal na institucionalização da nova ordem democrática, sua gestão foi marcada por instabilidade econômica, hiperinflação e ausência de reformas estruturais. O Estado brasileiro, embora formalmente

o cumprimento de obrigações legais, resultando na negação de direitos fundamentais como férias, 13º salário, FGTS e proteção previdenciária.

⁸ ALVES, Giovanni. **O Estado neoliberal no Brasil: uma tragédia histórica**. Marília, SP. Projeto Editorial Praxis, 2024. ISBN 978-65-84545-38-0.

⁹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: **Planalto**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 10 de maio de 2025.

¹⁰ DIAS, Leonardo Augusto Gonçalves. Direito e Memória: uma perspectiva pós ditadura militar. **Revista Jurídica Legalislux**, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <http://periodicosfacesf.com.br/index.php/Legalislux/article/view/3>. Acesso em: 20 maio 2025.

¹¹ ALVES, Giovanni. **O Estado neoliberal no Brasil: uma tragédia histórica**. Marília, SP. Projeto Editorial Praxis, 2024. ISBN 978-65-84545-38-0.

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |

republicano e democrático, manteve sua essência patrimonialista e oligárquica, com frágil capacidade de regulação e redistribuição.^{12 13}

Com Fernando Collor de Mello (1990-1992), o Brasil entrou de forma abrupta na agenda neoliberal, com campanhas publicitárias pensadas e articuladas a desenvolver um sentimento de “mais valia”¹⁴ a produção internacional. Seu governo iniciou um processo agressivo de abertura comercial e desregulamentação do mercado, sob a justificativa de modernizar o Estado e torná-lo competitivo. As medidas, no entanto, aprofundaram a concentração de renda e desestruturaram setores produtivos nacionais, ao mesmo tempo em que mantinham intactas as estruturas de poder tradicionais. Seu impeachment, por corrupção, não impediu a continuidade do projeto neoliberal, agora com base em um discurso de moralização e eficiência estatal.^{15 16}

Itamar Franco (1992-1994) assumiu a presidência como vice de Collor e herdou um país economicamente instável. Sua gestão ficou marcada pelo lançamento do Plano Real, idealizado por Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda. Embora seu governo tenha sido relativamente curto, e tenha diminuído a velocidade do processo, seu governo se consolidou a preparação para o ciclo neoliberal mais estruturado que viria a seguir, marcado pela aliança entre estabilidade monetária e austeridade fiscal (redução de gastos públicos).^{17 18}

¹² MACIEL, David. O transformismo na substituição da institucionalidade autoritária pela institucionalidade democrática (1985-1990). Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 38, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/5234/3764>. Acesso em: 10 de maio de 2025.

¹³ ALVES, Giovanni. **O Estado neoliberal no Brasil: uma tragédia histórica**. Marília, SP. Projeto Editorial Praxis, 2024. ISBN 978-65-84545-38-0.

¹⁴ A expressão é empregada, no contexto do texto, com sentido figurado, indicando uma percepção subjetiva de superioridade — como maior qualidade, prazer, prestígio ou valor simbólico — atribuído a determinada experiência ou bem, e não em seu sentido econômico original formulado por Karl Marx.

¹⁵ BORDIGNON, Mariana Queiroz et al. Governo Collor: uma análise de como a política externa responde ao contexto neoliberal no pós-Guerra-Fria. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais). **Universidade Federal de Uberlândia** - Repositório Institucional, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/28654/3/GovernoCollorUma.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2025.

¹⁶ ALVES, Giovanni. **O Estado neoliberal no Brasil: uma tragédia histórica**. Marília, SP. Projeto Editorial Praxis, 2024. ISBN 978-65-84545-38-0.

¹⁷ BORDIGNON, Mariana Queiroz et al. Governo Collor: uma análise de como a política externa responde ao contexto neoliberal no pós-Guerra-Fria. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais). **Universidade Federal de Uberlândia** - Repositório Institucional, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/28654/3/GovernoCollorUma.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2025.

¹⁸ ALVES, Giovanni. **O Estado neoliberal no Brasil: uma tragédia histórica**. Marília, SP. Projeto Editorial Praxis, 2024. ISBN 978-65-84545-38-0.

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |

Com Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o projeto neoliberal foi aprofundado de forma sistemática. Privatizações em setores estratégicos (telecomunicações, mineração, energia), reformas previdenciárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal representaram marcos de uma nova governança estatal voltada ao capital financeiro. O Estado passou a atuar como garantidor dos contratos do mercado e operador do ajuste fiscal permanente. Essa inflexão consolidou a hegemonia do capital financeiro no interior do Estado e subordinou a agenda pública à lógica da estabilidade macroeconômica, mesmo em detrimento de direitos sociais.^{19 20}.

A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) à presidência representou um novo ciclo na política brasileira. Oriundo da classe trabalhadora, o presidente Lula promoveu uma combinação entre continuidade da política econômica e expansão das políticas sociais. Combinando superávits primários e metas de inflação com programas como o Bolsa Família, o Fome Zero e a valorização do salário-mínimo, sua gestão buscou promover inclusão sem confrontar diretamente os interesses do capital. Ainda assim, houve melhorias significativas em indicadores sociais e educacionais, ampliando o acesso a direitos básicos. No entanto, as bases do Estado neoliberal não foram desafiadas: a hegemonia do capital financeiro, a lógica da dívida pública e a estrutura regressiva do sistema tributário foram mantidas.^{21 22}

É nesse cenário que se insere o governo da presidente Dilma Rousseff (2011-2016), cuja trajetória política representa um paradoxo emblemático: ao mesmo tempo em que promoveu políticas sociais de combate à pobreza, ampliação de direitos e inclusão, sua gestão enfrentou severas restrições fiscais, dependência da lógica rentista e pressões dos agentes do capital financeiro. Nessa perspectiva, o Estado neoliberal sequestra a soberania estatal por meio da dívida pública, dos juros altos e da captura do orçamento,

¹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. Ajuste neoliberal no Brasil. Tese (Doutorado em História). **Universidade Federal Fluminense**, 2013. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1461.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2025.

²⁰ ALVES, Giovanni. **O Estado neoliberal no Brasil: uma tragédia histórica**. Marília, SP. Projeto Editorial Praxis, 2024. ISBN 978-65-84545-38-0.

²¹ SALES, Rômulo Batista et al. Uma análise da estratégia do modelo de desenvolvimento brasileiro no período 2003-2014: o consumo de massas. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia). **Universidade Federal de Alagoas**, 2018. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/3260/1/Uma%20an%c3%a1lise%20da%20estrat%c3%a9gia%20do%20modelo%20de%20desenvolvimento%20brasileiro%20no%20per%c3%adodo%202003-2014%20o%20consumo%20de%20massas.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2025.

²² ALVES, Giovanni. **O Estado neoliberal no Brasil: uma tragédia histórica**. Marília, SP. Projeto Editorial Praxis, 2024. ISBN 978-65-84545-38-0.

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |

convertendo a máquina pública em instrumento de reprodução da lógica rentista e da superexploração do trabalho.^{23 24}

A escolha pelo recorte temporal do governo Dilma Rousseff justifica-se, em primeiro lugar, pela vinculação deste estudo às reflexões desenvolvidas no âmbito da disciplina *Estado e Políticas Públicas em Educação*, componente curricular do *Programa de Pós-Graduação em Educação* (mestrado e doutorado), sob orientação das professoras Dra. Maria Simone Ferraz Pereira e Dra. Lúcia de Fátima Valente. Tal disciplina propôs aos discentes a problematização do papel do Estado brasileiro na formulação e implementação de políticas públicas educacionais, especialmente à luz das tensões entre os princípios constitucionais de justiça social e a lógica neoliberal dominante. A disciplina se propôs a realizar uma pesquisa em todos os governos brasileiros pós constituição federal de 1988, sendo responsabilidade destes pesquisadores o governo sob presidência de Dilma Rousseff (2011–2016). Por sua densidade histórica e complexidade política, o recorte temporal do governo Dilma Rousseff, oferece um objeto de análise privilegiado para a compreensão dessas contradições. Trata-se de um período em que se procurou conciliar, ainda que de forma limitada e conflituosa, políticas sociais distributivas com uma estrutura estatal fortemente condicionada pela hegemonia do capital financeiro. O recorte, portanto, permite observar com maior nitidez os limites impostos pelo Estado neoliberal à efetivação de direitos sociais no campo da educação.

A problemática central que norteia esta pesquisa é: *como o Estado neoliberal, consolidado no Brasil após 1988, moldou os contornos das políticas públicas nos governos de Dilma Rousseff?* Dessa forma, este trabalho tem como objetivo geral analisar como o Estado neoliberal influenciou a formulação, os limites e as diretrizes das políticas públicas implementadas durante os governos de Dilma Rousseff. Os objetivos específicos são: contextualizar o cenário político e econômico do Brasil no período pós-1988 até o governo

²³ SALES, Rômulo Batista et al. Uma análise da estratégia do modelo de desenvolvimento brasileiro no período 2003-2014: o consumo de massas. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia). **Universidade Federal de Alagoas**, 2018. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/3260/1/Uma%20an%c3%a1lise%20da%20estrat%c3%a9gia%20do%20modelo%20de%20desenvolvimento%20brasileiro%20no%20per%c3%adodo%202003-2014%20o%20consumo%20de%20massas.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2025.

²⁴ ALVES, Giovanni. **O Estado neoliberal no Brasil**: uma tragédia histórica. Marília, SP. Projeto Editorial Praxis, 2024. ISBN 978-65-84545-38-0.

Dilma; examinar as principais políticas públicas implementadas durante os mandatos de Dilma Rousseff e seus impactos sociais;

A metodologia adotada nesta pesquisa é de natureza qualitativa e fundamenta-se na abordagem teórico-crítica a partir das contribuições de Giovanni Alves sobre o conceito de Estado neoliberal, Estado ampliado e metabolismo político.²⁵ O procedimento metodológico principal é a análise documental de fontes primárias (leis, planos de governo, relatórios oficiais) e secundárias (artigos científicos, livros e dissertações), bem como a revisão bibliográfica com base em autores que analisam os temas vinculados aos objetivos desta pesquisa.^{26 27}

Por fim, espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento do debate sobre os desafios históricos do Estado brasileiro e as contradições entre democracia formal e desigualdade substantiva, apontando caminhos para a construção de alternativas emancipatórias e efetivamente democráticas.

O artigo é estruturado em 3 seções, sendo que, no capítulo 2, intitulado de *Panorama Geral do Governo Dilma Rousseff*, é apresentado um panorama histórico e político da trajetória da presidenta Dilma Rousseff, com destaque para os principais acontecimentos dos seus dois mandatos (2011–2016). São discutidos desde sua formação política durante a ditadura militar até sua ascensão como a primeira mulher a ocupar a Presidência da República no Brasil. A seção contextualiza os desafios enfrentados durante sua gestão, como as manifestações de 2013, as crises econômica e política, e o processo de impeachment em 2016. A análise visa situar o leitor quanto ao ambiente institucional, político e social no qual as políticas públicas foram formuladas e executadas, ressaltando os tensionamentos entre o projeto de desenvolvimento com inclusão e as restrições impostas pela lógica neoliberal.

No capítulo 3, intitulado de *Políticas Públicas e Programas Sociais*, são analisadas as principais políticas públicas e programas sociais desenvolvidos nos governos Dilma Rousseff, com ênfase especial nas políticas educacionais. A exposição abrange desde programas de assistência social, habitação, saúde e infraestrutura até políticas

²⁵ ALVES, Giovanni. **O Estado neoliberal no Brasil**: uma tragédia histórica. Marília, SP. Projeto Editorial Praxis, 2024. ISBN 978-65-84545-38-0.

²⁶ GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

²⁷ TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

estruturantes na educação, como o Pronatec, o Mais Educação, o PNAIC, o REUNI e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024). A análise evidencia como essas iniciativas buscaram ampliar o acesso a direitos sociais e reduzir desigualdades históricas, ao mesmo tempo em que enfrentaram os limites impostos por um Estado financeiramente comprometido com a lógica do capital. A apresentação desses programas visa demonstrar a complexidade e a amplitude do projeto social proposto, bem como os avanços e contradições observados em sua execução.

Por fim, o capítulo 4, intitulado de *Análise da Interferência Neoliberal*, aprofunda a reflexão teórica sobre os limites estruturais impostos pelo Estado neoliberal às políticas públicas dos governos Dilma Rousseff. Com base na leitura crítica de Giovanni Alves, são explorados conceitos como “metabolismo político” e a hegemonia do capital financeiro, para explicar como a racionalidade neoliberal moldou as ações estatais. Mesmo as políticas sociais e educacionais progressistas são interpretadas como medidas de contenção e não de transformação, operando dentro de um sistema que se recusa a enfrentar as causas profundas das desigualdades sociais. A seção, assim, revela as contradições entre a intenção emancipadora das políticas públicas e os constrangimentos de um modelo de Estado subordinado aos interesses do mercado financeiro.

2 MANDATOS DE DILMA ROUSSEFF: uma leitura sistêmica

Nascida em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 14 de dezembro de 1947, Dilma Vana Rousseff desenvolveu sua consciência política em um Brasil marcado por transformações sociais e políticas no pós-guerra.²⁸ A influência de seu pai, imigrante búlgaro com ideias progressistas, somada ao contexto de efervescência política nacional, contribuiu para a formação de sua visão social e engajamento ideológico.²⁹

A juventude de Dilma foi marcada pela resistência à ditadura militar, um período em que a repressão política moldou uma geração. Sua participação em movimentos clandestinos, a prisão e a tortura, forjaram um caráter resiliente e um compromisso

²⁸ NOVAES, C. A. M. **Dilma Rousseff: a saga de uma guerrilheira**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

²⁹ FORTES, R. **Dilma: a biografia não autorizada**. São Paulo: Matrix Editora, 2011.

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |

inabalável com a democracia, elementos que se tornariam pilares de sua trajetória política.³⁰

Após a redemocratização, Dilma construiu uma carreira sólida na administração pública e ocupou cargos importantes nos governos do Rio Grande do Sul e, posteriormente, no governo federal, durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Sua atuação como Ministra de Minas e Energia e, posteriormente, como Ministra-Chefe da Casa Civil, a destacou como uma figura técnica e política de grande relevância.³¹

A eleição de Dilma Rousseff em 2010 representou um momento histórico para o Brasil, ao tornar-se a primeira mulher a ocupar a Presidência da República. Sua trajetória foi marcada pelo simbolismo da luta política, da superação pessoal e pelo compromisso com a continuidade das políticas sociais implementadas nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva. A presidência de Dilma Rousseff (2011-2016) compreendeu um período complexo e multifacetado na história política do Brasil, caracterizado por dois mandatos com dinâmicas e desafios distintos, cada um com seus próprios desafios e características.³²

O início do mandato, em 2011, foi marcado por um forte compromisso com a inclusão social e a ética na administração pública, a presidente assumiu o cargo, tornando-se a primeira mulher eleita para a presidência do Brasil, e lançou o programa "Brasil Sem Miséria", com o objetivo de erradicar a extrema pobreza. A "faxina ética" no governo, com a demissão de ministros envolvidos em denúncias de corrupção, demonstrou um esforço inicial para promover a transparência. Em 2012, foram implementadas políticas importantes no campo da educação, como a Lei de Cotas (12.711/2012), que visava democratizar o acesso ao ensino superior, e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que buscava qualificar a mão de obra brasileira.

Os anos de 2013 e 2014 foram marcantes, apresentando contrastes significativos. Em 2013, o país foi palco de manifestações que ficaram conhecidas como *Jornadas de Junho de 2013*, que tiveram início na mobilização popular contra o reajuste nas tarifas do transporte público, organizadas principalmente pelo Movimento Passe Livre (MPL). Contudo, em pouco tempo, os protestos ultrapassaram essa pauta inicial, ganhando proporções nacionais e agregando uma diversidade de reivindicações, como críticas à

³⁰ GASPARI, E. **A ditadura avergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

³¹ RODRIGUES, L. M. **Dilma Rousseff: a história de uma guerreira**. São Paulo: Geração Editorial, 2010.

³² SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011–2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

corrupção, à ineficiência dos serviços públicos e à estrutura do sistema político vigente. Diante da amplitude das manifestações, o governo da presidenta Dilma Rousseff buscou dar uma resposta institucional ao reconhecer sua legitimidade. Em pronunciamento oficial, Dilma anunciou a proposta de cinco pactos nacionais, contemplando áreas estratégicas: mobilidade urbana, saúde, educação, reforma política e responsabilidade fiscal. Ao fazê-lo, destacou a importância de fortalecer os mecanismos da democracia participativa e se comprometeu com medidas práticas para atender às demandas emergidas nas ruas. O episódio simbolizou um momento de inflexão na relação entre governo e sociedade civil, revelando tanto o potencial de mobilização popular quanto os desafios enfrentados pelo Estado em responder de forma eficaz e estruturada às reivindicações sociais.

Em resposta a uma das demandas emergentes, o governo lançou o programa "Mais Médicos", buscando suprir a carência de profissionais de saúde em áreas remotas e carentes do país. O cenário político (2014), se transformou com a reeleição de Dilma Rousseff para um segundo mandato, consolidando a continuidade de seu projeto político, mas prenunciando os desafios que se intensificariam nos anos subsequentes.

A reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, não prenunciou a estabilidade esperada, mas sim a iminência de um período turbulento que se materializou com o advento de 2015. A economia nacional, já exibindo sinais de fragilidade, sucumbiu a uma recessão de proporções significativas, minando a confiança dos atores econômicos e restringindo a margem de manobra para intervenções governamentais robustas. Concomitantemente, o cenário político, outrora marcado por tensões administráveis, transformou-se em uma arena de confrontação ideológica exacerbada, onde as acusações de corrupção e a crescente polarização corroeram as bases da governabilidade, lançando o país em um vórtice de incertezas.³³

O ano de 2016 marcou o ápice de um ciclo de instabilidade política e institucional no Brasil, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff — um evento que extrapolou os limites jurídicos e se tornou um marco na história política nacional. As acusações de transgressões fiscais, centradas nas chamadas “pedaladas fiscais”, associadas a uma crise de legitimidade que atingia amplos setores da sociedade e do Congresso Nacional, impulsionaram um processo que revelou profundas divisões ideológicas e tensionamentos

³³ BRESSER-PEREIRA, L. C. A construção política da crise econômica brasileira de 2014-2016. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 88, p. 7-22, 2016.

no sistema democrático brasileiro. A deposição da primeira mulher eleita para a Presidência da República foi cercada de controvérsias, sendo interpretada por diversos analistas, acadêmicos e juristas como uma ruptura institucional motivada mais por interesses políticos do que por fundamentos legais sólidos. O impeachment interrompeu um ciclo de governos progressistas iniciado em 2003 e suscitou um debate persistente sobre a estabilidade das instituições republicanas e a fragilidade da democracia diante de disputas de poder.³⁴

Apesar das circunstâncias que marcaram o fim de seu mandato, o legado das políticas sociais e educacionais implementadas durante os governos Dilma Rousseff permanece como referência importante nas discussões sobre o papel do Estado na promoção da justiça social, da inclusão e da redução das desigualdades. Seus mandatos deixaram marcas significativas na agenda pública, especialmente no que se refere à ampliação do acesso à educação, à valorização dos direitos sociais e à luta por uma maior equidade de oportunidades no Brasil.^{35 36}

A ruptura representada pelo impeachment de 2016 também evidenciou os limites e as tensões entre o projeto de Estado social implementado nas gestões petistas e a lógica neoliberal hegemônica nos centros de poder econômico e político. As políticas públicas voltadas à inclusão, ao fortalecimento da presença estatal e à redistribuição de renda passaram a sofrer crescentes resistências por parte de setores do mercado, da mídia e do Congresso Nacional, defensores de uma agenda voltada para o ajuste fiscal, a desregulamentação e a contenção do gasto social. Nesse contexto, a tentativa de manter simultaneamente políticas de proteção social e metas de austeridade fiscal revelou-se insustentável diante das pressões do capital financeiro e das instabilidades políticas, impondo limites concretos à continuidade do modelo de desenvolvimento com inclusão.

O ano de 2016, ao inscrever o impeachment de Dilma Rousseff nos anais da história brasileira, não apenas encerrou um ciclo governamental, mas abriu uma ferida na narrativa democrática do país. A complexidade desse momento de fratura encontra uma

³⁴ FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. A crise política de 2014-2016. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 36, n. 106, p. 7-28, 2017.

³⁵ SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011–2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

³⁶ POWER, T. J. The Dilma Impeachment and the Future of Brazilian Democracy. **Journal of Democracy**, v. 29, n. 1, p. 119-133, 2018.

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |

tradução cinematográfica sui generis em *Democracia em Vertigem*³⁷ de Petra Costa, que apresenta uma perspectiva singular sobre os eventos que culminaram na deposição da presidente Dilma Rousseff, destacando as complexas dinâmicas de poder, na crescente polarização e nas tensões institucionais que caracterizaram esse período. Conforme argumenta Queiroz³⁸ o filme constrói uma perspectiva subjetiva, mas poderosa, sobre a ascensão e queda do Partido dos Trabalhadores e as tensões que marcaram o período. Essa abordagem narrativa, embora passível de controvérsia, oferece uma lente valiosa para compreender as complexas dinâmicas de poder e a atmosfera de polarização que influenciaram não apenas o desfecho político, mas também a implementação e os desafios enfrentados pelas políticas públicas durante os governos de Dilma Rousseff.

Nesse cenário de tensões institucionais e disputas ideológicas, é fundamental compreender as políticas públicas e sociais implementadas durante os mandatos da presidenta Dilma Rousseff como expressões concretas de um projeto de Estado comprometido com a redução das desigualdades e a promoção da cidadania. Apesar das adversidades impostas pela conjuntura política e econômica, diversos programas voltados à educação, saúde, habitação e inclusão social foram concebidos ou ampliados com o objetivo de garantir direitos e ampliar o acesso a serviços essenciais. Na seção seguinte, serão analisadas as principais políticas públicas desenvolvidas nesse período, com ênfase nas educacionais, em suas diretrizes, abrangência, fundamentos legais e impactos sociais.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS SOCIAIS

No período de 2011 a 2016, sob a gestão de Dilma Rousseff, certos programas se sobressaíram, marcando a agenda governamental. Essas iniciativas, focadas em setores como assistência social, educação, saúde, moradia e agricultura familiar, evidenciaram as principais preocupações da administração. Embora outras ações tenham sido realizadas, os programas mencionados ganharam destaque devido ao seu alcance e relevância para a sociedade. A pesquisa irá focar nas políticas educacionais, porém, esquematizou-se nos

³⁷ COSTA, Petra (Diretor). *Democracia em vertigem*. Brasil, 2019. Documentário. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/81023726>. Acesso em: 19 maio. 2025.

³⁸ QUEIROZ, E. de F. C. Democracia em vertigem: uma narrativa documental que vai além da mera representação. *Revista Panorama - Revista de Comunicação Social*, Goiânia, Brasil, v. 10, n. 1, p. 2–7, 2020. DOI: 10.18224/pan.v10i1.8126. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/panorama/article/view/8126>. Acesso em: 19 maio. 2025.

quadros abaixo, as principais políticas públicas e programas sociais desenvolvidos durante o Governos Dilma Rousseff:

Quadro 1: Políticas Públicas de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico

| POLÍTICA/PROGRAMA | LEGISLAÇÃO/ANO | OBJETIVOS PRINCIPAIS | DESTAQUES |
|--|---|---|--|
| PAC 2 Programa de Aceleração do Crescimento | Balanços periódicos sendo divulgados ao longo da vigência do programa/ implementado por um conjunto de normas | Continuidade do PAC 1, com foco em infraestrutura urbana, habitação, saneamento e energia | 6 eixos: Comunidade Cidadã, Cidade Melhor, MCMV, Energia, Transportes, Água e Luz para Todos |
| Redução das Tarifas de Energia | Lei nº 12.783 / 2013 Decreto nº 7.891 / 2013 | Reduzir custos de energia para residências e indústrias | Incentivar competitividade e aliviar o orçamento familiar |
| Plano Brasil Maior (PBM) | Decreto nº 7.540 / 2011 | Integrar política industrial, tecnológica e de comércio exterior | Desoneração fiscal, estímulo à inovação e competitividade |
| Política Nacional de Mobilidade Urbana | Lei nº 12.587 / 2012 | Acesso universal à cidade e priorização de transporte coletivo | Gestão democrática da mobilidade urbana |
| Marco Civil da Internet | Lei nº 12.965 / 2014 | Garantias e direitos no uso da internet | Liberdade de expressão, neutralidade de rede, proteção de dados |

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Uma análise inicial das políticas apresentadas no Quadro 1 sugere as estratégias governamentais da época para estimular o crescimento econômico e o desenvolvimento social por meio de investimentos em infraestrutura e da regulação de setores estratégicos. O **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2)** com seus seis eixos ambiciosos, incluindo o **Minha Casa Minha Vida (MCMV)**, prometia um impulso significativo em infraestrutura e habitação, setores cruciais para o desenvolvimento social e a geração de empregos em um período inicial de relativa estabilidade econômica. Contudo, a recessão que se instalou posteriormente impactou a continuidade e a efetividade desses investimentos, gerando atrasos e frustrando expectativas.

A **redução das tarifas de energia**, visando a competitividade e o alívio familiar, ocorreu em um contexto de crescente preocupação com a inflação e a sustentabilidade do setor energético, levantando questionamentos sobre seus impactos a longo prazo e a possível necessidade de ajustes futuros que poderiam anular os benefícios iniciais. A estratégia de desoneração do **Plano Brasil Maior**, desenhada para revigorar a indústria,

viu seus resultados contestados ante a persistente retração industrial e a volatilidade econômica.

A **Política de Mobilidade Urbana**, inovadora em sua proposta, tropeçou na complexidade da implementação, agravada pelas disparidades regionais e pela escassez de recursos em tempos de crise. O **Marco Civil da Internet**, foi um avanço na regulamentação dos direitos digitais, que emergiu em um momento de expansão do acesso à rede e de intensos debates sobre liberdade online, prenunciando desafios futuros.

Em síntese, o ambiente econômico instável da época limitou o potencial de transformação dessas iniciativas, revelando fragilidades na capacidade de execução do Estado em contextos adversos, conforme a análise de diversos especialistas. Embora bem-intencionadas em seus objetivos, as políticas e programas foram implementadas em um período de crescente turbulência econômica e social, o que limitou seu potencial de transformação e expôs fragilidades estruturais na capacidade do Estado de planejar e executar políticas de longo prazo em um ambiente instável.

A crise econômica que se aprofundou a partir de 2014 representou um obstáculo significativo para a plena realização dos objetivos propostos, impactando a vida da população e o desenvolvimento do país.

Quadro 2: Programas Sociais e Direitos Humanos

| PROGRAMA/AÇÃO | LEGISLAÇÃO/ANO | OBJETIVOS PRINCIPAIS | DESTAQUES |
|---|--|--|---|
| Bolsa Família e Brasil Sem Miséria | Decreto nº 7.492 / 2011 | Erradicar extrema pobreza | Transferência de renda + inclusão produtiva |
| Minha Casa, Minha Vida (Fases 2 e 3) | - | Moradia para baixa renda | Subsídios diretos e prioridade a cidades com déficit habitacional |
| Rede Cegonha | Portaria nº 1.459 / 2011 | Saúde materno-infantil | Humanização do parto e redução da mortalidade |
| Brasil Carinhoso | Lei nº 12.722 / 2012 Resolução CD/FNDE nº 19/2015 | Apoio a crianças de até 6 anos | Recursos para creches e ações de nutrição |
| Comissão Nacional da Verdade (CNV) | Lei nº 12.528 / 2011 | Apurar violações dos DH (1946-1988) | Justiça de transição e memória histórica |
| Mais Médicos | Lei nº 12.871 / 2013 (atualizações até Lei nº 14.621/2023) | Ampliar acesso à saúde básica | Envio de médicos às áreas carentes e expansão de formação |
| Estatuto da Juventude | Lei nº 12.852 / 2013 | Garantir direitos de jovens (15-29 anos) | Educação, cultura, mobilidade e participação |
| Políticas para Mulheres | Lei Complementar nº 150 / 2015 | Ampliar direitos das mulheres e combater violência de gênero | Fortalecimento da Lei Maria da Penha, |

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |

| | | | |
|--|--|--|--------------------------------------|
| | | | reconhecimento do trabalho doméstico |
|--|--|--|--------------------------------------|

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

O Quadro 2 detalha um conjunto de programas e ações governamentais implementadas no Brasil, com foco na promoção de direitos fundamentais e na assistência social. Iniciativas como o **Bolsa Família**, articulado ao plano **Brasil Sem Miséria**, visavam erradicar a extrema pobreza por meio da transferência de renda e da inclusão produtiva. No âmbito da habitação, o **Minha Casa Minha Vida**, em suas fases subsequentes, procurou mitigar o déficit habitacional, direcionando subsídios para famílias de baixa renda e áreas com maior necessidade. A **Rede Cegonha** estabeleceu-se como um marco na atenção à saúde materno-infantil, priorizando a humanização do parto e a redução da mortalidade. O programa **Brasil Carinhoso** concentrou esforços no apoio integral a crianças de até seis anos, destinando recursos para creches e ações de nutrição.

No campo da justiça de transição, a **Comissão Nacional da Verdade** buscou apurar violações de direitos humanos ocorridas em um período histórico sensível, já o **Mais Médicos** representou uma tentativa de ampliar o acesso à saúde básica, especialmente em regiões carentes, através do envio de profissionais e da expansão da formação médica. O **Estatuto da Juventude** procurou assegurar direitos específicos para a população jovem, abrangendo áreas como educação, cultura e mobilidade.

As políticas para mulheres visaram ampliar direitos e combater a violência de gênero, fortalecendo mecanismos legais como a **Lei Maria da Penha**. Em síntese, o elenco de programas/políticas ressaltados, revelam um esforço multifacetado do Estado para enfrentar desigualdades sociais históricas e garantir direitos fundamentais a diversos segmentos da população brasileira.

No cenário socioeconômico brasileiro entre 2011 e 2016, marcado por crescente instabilidade e recessão, a implementação de relevantes programas sociais e de direitos humanos, voltados à erradicação da pobreza, à expansão do acesso à moradia e à saúde, à proteção da infância e da juventude, à justiça de transição e à igualdade de gênero, demandou análise crítica quanto à sua sustentabilidade a longo prazo e efetividade estrutural.

Dentre os diversos setores contemplados pelas políticas públicas do período, a Educação destacou-se como eixo estruturante da proposta de desenvolvimento social e

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |

econômico do governo Dilma Rousseff. Alinhadas ao compromisso com a promoção da equidade, inclusão e qualidade do ensino, as ações educacionais assumiram papel estratégico tanto na ampliação do acesso quanto na valorização da permanência escolar.

Quadro 3: Programas com ênfase na Educação

| PROGRAMA/AÇÃO | LEGISLAÇÃO/ANO | OBJETIVOS PRINCIPAIS | DESTAQUES |
|---|--|--|--|
| Expansão do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) | Resolução CD/FNDE/MEC n. 15/2021 (consolidação) / Normativas FNDE a partir de 2012 (expansão) | Dar autonomia financeira às escolas públicas para necessidades prioritárias e gestão. | Criação de subprogramas específicos (Água e Esgoto, Qualidade, Campo e Quilombola/Indígena, Acessibilidade); alcance nacional, favorecendo escolas vulneráveis e diferenciadas. |
| Programa Caminho da Escola | Lei n. 12.816/2013; Resolução CD/FNDE n. 45/2013; Decreto n. 11.162/2022 | Garantir transporte diário e ampliar atividades extracurriculares para estudantes, priorizando áreas rurais. | Oferece veículos adaptados (ônibus, barcos, bicicletas) com qualidade monitorada e atuação conjunta MEC/FNDE/Estados/Municípios. |
| Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) | Lei n. 11.738/2008 (piso salarial do magistério) | Promover melhorias na estrutura e ensino da educação básica, superior, profissional e alfabetização, valorizando os professores. | Criou o piso salarial nacional para professores, ampliou o financiamento via Fundeb e reformulou as avaliações (Saeb/Ideb). Serviu de base para outros programas. |
| Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) | Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012/Lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013/ Portaria MEC nº 826, de 7 de julho de 2017 | Assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 3º ano do ensino fundamental, combatendo desigualdades. | Focou na formação continuada de professores alfabetizadores, unificou orientações pedagógicas, distribuiu materiais e realizou avaliações (ANA) com apoio de universidades. |
| Programa Mais Educação | Portaria Interministerial n. 17/2007; Decreto n. 7.083/2010 | Ampliar jornada escolar com educação integral para desenvolvimento pleno de estudantes em vulnerabilidade social. | Ofereceu atividades no contraturno (pedagógico, esporte, cultura) com articulação entre diferentes níveis de governo e sociedade civil, visando a formação cidadã. |
| Programa Nacional de Reestruturação da Educação Infantil (Proinfância) | Resolução CD/FNDE n. 13/2011 (integrado ao PAC 2) | Expandir a oferta de creches e pré-escolas (0-5 anos) com infraestrutura e equipamentos adequados para o desenvolvimento integral alinhado ao PNE. | A União ofereceu apoio técnico e financeiro, priorizando municípios vulneráveis, para construir e modernizar espaços e adquirir materiais pedagógicos para qualidade e inclusão. |

| | | | |
|--|---|---|---|
| Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) | Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009/Portaria nº 220, de 21 de dezembro de 2021/Parfor Equidade Portaria nº 102, de 24 de abril de 2025 | Formar inicial e continuamente, de forma gratuita e qualificada, professores da rede pública que não possuem a formação exigida. | Articulou União, estados, municípios e IES públicas para oferecer licenciaturas e atualização, presencialmente no recesso escolar, priorizando áreas com carência de qualificação e valorizando o magistério. |
| Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) | Lei nº 12.513, de 2011 | Ampliar acesso a cursos técnicos e profissionalizantes para jovens e adultos, qualificando a mão de obra nacional. | Estabeleceu parcerias com diversas instituições (federais, estaduais, Sistema S), expandiu a oferta (presencial e EAD) interiorizando o acesso e integrando com o ensino médio e políticas de emprego. |
| Royalties do Petróleo para Educação | Lei n. 12.858, de 2013 | Destinar recursos da exploração de petróleo (75% royalties e 50% Fundo Social pré-sal) para o subfinanciamento da educação básica e garantir educação de qualidade. | Vinculou constitucionalmente recursos para investimento em infraestrutura, formação, materiais e acesso/permanência, alinhado ao PNE para reduzir desigualdades sociais e regionais. |
| Universidade Aberta do Brasil (UAB) | Criada em 2006 | Expandir e interiorizar o ensino superior via EAD, focando na formação inicial e continuada de professores da educação básica em regiões com baixa oferta presencial. | Coordenada pela CAPES, articula IES públicas e entes federados em polos presenciais, oferecendo licenciaturas |
| Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) | Reformulado em 2009 (uso ampliado no governo Dilma) | Principal porta de entrada para o ensino superior público (Sisu), democratizando o acesso universitário nacionalmente. | Adoção quase total pelas universidades federais; usado como critério para Prouni, Fies e Sisutec; integrado à Lei de Cotas; foco em avaliação, inclusão e mobilidade social. |
| Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) | Decreto nº 6.096, de 2007 | Ampliar o acesso e a permanência no ensino superior federal, reorganizando as universidades para aumentar vagas, reduzir a evasão e expandir cursos noturnos. | Criação de novos campi, contratação de pessoal, expansão de cursos (inclusive noturnos), implementação de políticas de inclusão e permanência, interiorização do ensino superior federal. |
| PNAES e Bolsa Permanência | Decreto n. 7.234, de 2010 (Pnaes); Portaria MEC nº 389, de 2013 (Bolsa Permanência) | Democratizar a permanência de estudantes de baixa renda no ensino superior federal (Pnaes) e oferecer auxílio financeiro | Pnaes oferece apoio em diversas áreas básicas; articulação com políticas de acesso como as cotas. Bolsa Permanência reconhece e apoia a |

| | | | |
|--|---|--|---|
| | | específico a estudantes indígenas, quilombolas e em vulnerabilidade (Bolsa Permanência). | diversidade dos estudantes. |
| Prouni e Novo Fies | Lei n. 11.096, de 2005 (Prouni); Lei nº 12.202, de 2010 (Novo Fies) | Ampliar acesso ao ensino superior em instituições privadas para baixa renda (Prouni - bolsas) e oferecer financiamento facilitado (Novo Fies - juros baixos, carência). | Prouni promove maior diversidade social e racial nas instituições privadas através das cotas. Novo Fies teve crescimento significativo e passou por medidas de controle, com abatimento para certas profissões. |
| Ciência sem Fronteiras | Decreto nº 7.642, de 2011 | Promover a internacionalização acadêmica brasileira e elevar a qualidade científica com formação no exterior e atração de talentos. | Concessão de bolsas em instituições de excelência (foco em STEM), em diferentes níveis de formação, incentivando a cooperação internacional e a visibilidade da pesquisa brasileira. |
| Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) Lei nº 13.005, de 2014 | Lei nº 13.005, de 2014 | Estabelecer um marco de 10 anos para a política educacional, com diretrizes e metas abrangendo todos os níveis, visando erradicar o analfabetismo, universalizar o ensino obrigatório e aumentar o investimento em educação. | Definiu diretrizes como equidade e valorização dos profissionais; estabeleceu metas quantitativas e qualitativas; reconheceu o papel estratégico da educação e propôs implementação articulada com monitoramento. |

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

A seguir, serão analisadas estas principais iniciativas e programas voltados à área da educação, enfatizando seus objetivos, fundamentos legais, abrangência e impactos sociais. Essas medidas, inseridas em um contexto de fortalecimento das políticas públicas, contribuíram para reposicionar a educação como vetor essencial de cidadania e transformação social.

3.1 EXPANSÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)

A expansão do PDDE³⁹ visa consolidar a autonomia financeira das escolas públicas, promovendo ações voltadas à infraestrutura e à equidade, sendo atualmente

³⁹ BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. Brasília: FNDE, [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde>. Acesso em: 18 maio 2025.

regido pela Resolução CD/FNDE/MEC n. 15, de 16 de setembro de 2021. Trata-se de destinação, anualmente, recursos financeiros suplementares, cujas finalidades consistem em contribuir para o provimento de necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários; a promoção de melhorias de infraestrutura física e pedagógica; e incentivo da autogestão escolar e do exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social, com a criação de subprogramas específicos, como:

- ➔ PDDE Água e Esgoto: saneamento básico em escolas rurais (2012).
- ➔ PDDE Qualidade: aquisição de materiais pedagógicos e melhorias físicas (2012).
- ➔ PDDE Campo e Quilombola/Indígena: atenção às especificidades das comunidades tradicionais (2012–2013).
- ➔ PDDE Acessibilidade: adaptações para inclusão de estudantes com deficiência (2013).

Assim, busca-se atender a demandas locais com agilidade. Baseado em normativas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a partir de 2012, seu alcance nacional favoreceu escolas vulneráveis, garantindo melhores condições para a permanência e aprendizado dos estudantes.

Os recursos do PDDE destinam-se ao atendimento de estudantes matriculados em escolas públicas de educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, bem como em escolas públicas de educação especial dessas mesmas redes. Também são contempladas as escolas privadas de educação especial que sejam qualificadas como entidades beneficentes de assistência social ou que realizem atendimento direto e gratuito ao público. Além disso, os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ofertam programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica, também são beneficiários desses recursos.⁴⁰

3.2 PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA

Criado em 2007, o Programa Caminho da Escola tem como objetivo principal assegurar o acesso diário e a permanência de estudantes da rede pública de educação

⁴⁰ BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. Brasília: FNDE, [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde>. Acesso em: 18 maio 2025.

básica, prioritariamente aqueles residentes em áreas rurais e ribeirinhas, nas escolas. Para isso, o programa oferece veículos especialmente adaptados às realidades regionais, como ônibus escolares com equipamentos de acessibilidade, embarcações e bicicletas. Essas ações não apenas garantem o direito à educação, mas também ampliam a participação dos estudantes em atividades extracurriculares previstas no plano pedagógico escolar. A qualidade dos veículos, especialmente dos ônibus, é monitorada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), que assegura padrões de segurança, acessibilidade e eficiência no transporte, contribuindo diretamente para a equidade no acesso à educação e para a redução da evasão escolar.⁴¹

Imagem 1: Programa Caminho da Escola



Fonte: Programa Caminho da Escola ⁴²

A operacionalização do programa ocorre por meio da atuação coordenada entre diferentes instâncias do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), incluindo a Diretoria de Ações Educacionais (Dirae) e suas unidades técnicas, como a Coordenação-Geral da Política do Transporte Escolar (CGPTE) e a Coordenação de Apoio ao Caminho da Escola (Coace). Os gestores

⁴¹ BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Caminho da Escola**. Brasília: FNDE, [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola>. Acesso em: 18 maio 2025.

⁴² BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Caminho da Escola: transporte escolar com qualidade e segurança**. Brasília: FNDE, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola/ProgramaCaminhodaEscola2021.pdf>. Acesso em: 18 maio 2025.

estaduais, municipais e distritais são os responsáveis pela adesão e aquisição dos veículos, que pode se dar por meio de assistência financeira do FNDE no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR), utilização de recursos próprios ou contratação de linha de crédito junto a instituições financeiras. A legislação que sustenta o programa inclui a Lei n. 12.816/2013, que autoriza a aquisição de veículos com apoio da União, e o Decreto n. 11.162/2022, que estabelece o FNDE como órgão responsável pela implementação e avaliação do programa. Essas normativas garantem segurança jurídica, padronização e eficiência na execução do Caminho da Escola, fortalecendo a política de transporte escolar como eixo estruturante da permanência e do sucesso educacional de milhares de estudantes brasileiros. Com foco na universalização do acesso à educação, o Caminho da Escola ampliou o transporte escolar, beneficiando estudantes da zona rural e, posteriormente, do ensino superior. Fundamentado na Lei nº 12.816/2013 e na Resolução CD/FNDE n. 45/2013, o programa contribuiu para a redução da evasão escolar, inclusão de alunos com deficiência e promoção da igualdade de oportunidades educacionais em todo o território nacional.^{43 44}

3.3 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE)

O PDE, criado com o objetivo de promover melhorias estruturais e pedagógicas na educação brasileira, organiza suas ações em quatro eixos principais: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização. No entanto, a educação básica é colocada como prioridade central, tendo em vista seu papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do país. A valorização e formação dos professores são pontos destacados como fundamentais para a transformação da qualidade do ensino, por meio da implementação de políticas como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa Institucional de Bolsas à Docência (Pibid). Essas iniciativas visam a formação

⁴³ BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Caminho da Escola**. Brasília: FNDE, [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola>. Acesso em: 18 maio 2025.

⁴⁴ BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Caminho da Escola: transporte escolar com qualidade e segurança**. Brasília: FNDE, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola/ProgramaCaminhodaEscola2021.pdf>. Acesso em: 18 maio 2025.

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |

continua de docentes em exercício, promovendo articulação entre a educação superior e básica, com o apoio da Capes, universidades públicas e entes federativos.⁴⁵

Além da formação docente, o PDE introduziu marcos importantes para a valorização profissional, como a criação do piso salarial nacional do magistério pela Lei n. 11.738/2008, que garantiu um salário-mínimo unificado e mecanismos de reajuste anual, buscando corrigir disparidades históricas nos vencimentos dos professores. Simultaneamente, o programa incorporou outras frentes para o fortalecimento da educação básica: ampliação do financiamento via Fundeb, redefinição das metas de avaliação e incremento de políticas de inclusão e infraestrutura. Entre essas ações, destacam-se a extensão da merenda escolar, a distribuição de livros didáticos para o ensino médio e o estímulo à digitalização das escolas.

Outro avanço significativo foi a reformulação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que passou a integrar dados de rendimento escolar com resultados de desempenho aferidos por avaliações padronizadas como a Prova Brasil. Essa mudança introduziu o conceito de responsabilização, vinculando metas educacionais a práticas de gestão e financiamento, e permitindo à União intervir de forma mais precisa em redes e escolas em situação crítica. O PDE, portanto, além de redefinir parâmetros educacionais e promover maior articulação entre avaliação, financiamento e gestão, também assumiu como diretriz o enfrentamento das desigualdades históricas da educação brasileira e foi base estruturante para ações no governo Dilma, para ampliar programas como o PNAIC, Mais Educação e Proinfância.

3.4 PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), instituído em 2012, é uma estratégia do Governo Federal que visa assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 3º ano do ensino fundamental. Coordenado pelo Ministério da Educação e executado em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação, o programa tem como foco a formação continuada de professores

⁴⁵ EIXOS norteadores do PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://1library.org/article/eixos-norteadores-do-pde-plano-de-desenvolvimento-educa%C3%A7%C3%A3o.y96nlpvy>. Acesso em: 18 maio 2025.

alfabetizadores, gestores e demais profissionais que atuam nas escolas públicas. Com base em orientações curriculares e pedagógicas unificadas, o Pnaic busca fortalecer a prática docente por meio de ações formativas presenciais, distribuição de materiais didáticos específicos e implementação de avaliações diagnósticas, como a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).⁴⁶

Quadro 3: Tipos e valores das bolsas:

| FUNÇÃO | VALOR (R\$) |
|--|--------------------|
| Coordenador geral da IES | 1.500,00 |
| Coordenador adjunto junto à IES | 1.400,00 |
| Supervisor junto à IES | 1.200,00 |
| Formador junto à IES | 1.100,00 |
| Coordenador nos estados, DF e municípios | 765,00 |
| Orientador de estudos | 765,00 |
| Professor-alfabetizador | 200,00 |

Fonte: Ministério da Educação⁴⁷

Além de promover o direito à alfabetização plena na idade apropriada, o Pnaic propõe-se a combater as desigualdades educacionais que historicamente afetam as redes públicas de ensino, especialmente nas regiões mais vulneráveis. Para isso, articula universidades públicas como instituições formadoras e mobiliza estruturas federativas para assegurar o acompanhamento pedagógico, a gestão educacional eficaz e o monitoramento dos resultados de aprendizagem. O pacto representa uma política pública essencial para garantir equidade no acesso ao conhecimento, valorizando o papel dos educadores e promovendo uma cultura de responsabilização e compromisso com a alfabetização de qualidade.

⁴⁶ BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – 2013** (Pnaic). Brasília: FNDE, [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/bolsas-e-auxilios/lista-de-programas/pacto-nacional-pela-alfabetizacao-da-idade-certa-2013-pnaic-1>. Acesso em: 18 maio 2025.

⁴⁷ BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – 2013** (Pnaic). Brasília: FNDE, [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/bolsas-e-auxilios/lista-de-programas/pacto-nacional-pela-alfabetizacao-da-idade-certa-2013-pnaic-1>. Acesso em: 18 maio 2025.

3.5 PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

O Programa Mais Educação, instituído pelo Ministério da Educação, foi concebido como uma estratégia para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da educação integral. Lançado com base na Portaria Interministerial n. 17/2007 e regulamentado pelo Decreto n. 7.083/2010, o programa busca promover o desenvolvimento pleno dos estudantes, especialmente daqueles matriculados em escolas públicas situadas em contextos de vulnerabilidade social.

A proposta se baseia na oferta de atividades no contraturno escolar, integrando áreas como acompanhamento pedagógico, esporte, cultura, meio ambiente, direitos humanos, entre outros campos formativos, fortalecendo a escola como espaço de formação cidadã.

A implementação do programa ocorre por meio da articulação entre União, estados, municípios e organizações da sociedade civil, incentivando a construção de redes de proteção e aprendizagem para crianças e adolescentes. Com base nos princípios da intersetorialidade e da gestão democrática, o Mais Educação visa não apenas ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola, mas também transformar o cotidiano escolar em uma experiência rica, participativa e integradora. Ao promover uma educação que valoriza a diversidade, a inclusão e a construção de novos saberes, o programa se consolidou como uma das principais ações voltadas para a efetivação do direito à educação de qualidade com equidade.⁴⁸

3.6 PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL (PROINFÂNCIA)

Integrado ao PAC 2 e regulamentado pela Resolução CD/FNDE n. 13/2011, o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) destinou recursos à construção e reforma de creches e pré-escolas, principalmente em municípios de baixa renda. De iniciativa do Governo Federal, coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

⁴⁸ BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação**. Brasília: MEC, [s.d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao?id=16689>. Acesso em: 18 maio 2025.

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |

(FNDE), o programa visa ampliar a oferta de educação infantil por meio da construção, reforma e aquisição de equipamentos e mobiliários para creches e pré-escolas públicas. Criado no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Proinfância busca garantir condições adequadas para o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos, em articulação com as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE).

A execução do programa ocorre mediante apoio técnico e financeiro da União aos entes federativos, priorizando municípios com maiores índices de vulnerabilidade socioeconômica e déficit de atendimento na educação infantil. Os recursos são repassados de forma automática ou mediante celebração de convênios, conforme critérios estabelecidos por resoluções do FNDE. Além da construção de novas unidades escolares, o Proinfância contempla a modernização da infraestrutura e a aquisição de materiais pedagógicos, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e para a valorização do espaço escolar como ambiente de cuidado, aprendizagem e inclusão.⁴⁹

3.7 PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PARFOR)

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) é uma política pública estratégica desenvolvida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com o propósito de oferecer formação inicial e continuada, gratuita e de qualidade, aos docentes em exercício nas redes públicas de ensino que ainda não possuem a formação exigida pela legislação educacional vigente. Sua criação parte do reconhecimento da histórica defasagem na formação docente no Brasil, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas, e da urgência em garantir condições adequadas para o exercício da docência com vistas à melhoria da qualidade do ensino básico.⁵⁰

⁴⁹ BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Proinfância – Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil**. Brasília: FNDE, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/proinfancia>. Acesso em: 18 maio 2025.

⁵⁰ BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor)**. Brasília: Capes, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/parfor/parfor>. Acesso em: 18 maio 2025.

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |

O Parfor é estruturado em duas modalidades principais: a formação inicial, voltada para professores que não possuem curso superior ou que lecionam em área diferente da sua formação, por meio da oferta de cursos de licenciatura; e a formação continuada, direcionada à atualização e ao aperfeiçoamento dos docentes já licenciados. A execução do plano ocorre por meio de articulação entre União, estados, municípios e instituições públicas de ensino superior, especialmente as universidades federais e os institutos federais. As ofertas de cursos são realizadas de forma presencial, nos períodos de recesso escolar, com turmas formadas prioritariamente nas regiões onde há maior carência de profissionais qualificados. Além de garantir o direito à formação docente, o Parfor contribui significativamente para a valorização dos profissionais da educação e para a construção de uma base pedagógica sólida no contexto da escola pública. O programa também promove a articulação entre a educação básica e o ensino superior, incentivando o protagonismo das universidades públicas na formação dos quadros educacionais do país. Assim, o Parfor atua como uma ferramenta de superação das desigualdades regionais e de promoção da equidade no sistema educacional brasileiro.⁵¹

Por sua abrangência e impacto, o Parfor representa um avanço importante na política educacional nacional, ao consolidar o compromisso do Estado com a formação adequada dos professores da educação básica. Ele reafirma o princípio constitucional da valorização do magistério e se alinha às metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê a universalização da formação específica em nível superior para todos os docentes da educação básica. Dessa forma, o Parfor integra um conjunto de ações estruturantes que visam garantir o direito à educação de qualidade para todos os brasileiros.

3.8 PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC)

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído pela Lei nº 12.513, de 2011, foi uma das mais relevantes iniciativas do governo Dilma Rousseff na área da educação profissional e tecnológica. Seu objetivo principal foi

⁵¹ BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor)**. Brasília: Capes, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/parfor/parfor>. Acesso em: 18 maio 2025.

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |

ampliar o acesso de jovens e adultos a cursos técnicos e de qualificação profissional, contribuindo para a formação de mão de obra qualificada em todo o país. Para alcançar essa meta, o programa firmou parcerias com Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, entidades do Sistema S (como Senai, Senac, Senar e Sest/Senat), além das redes estaduais e municipais de ensino.⁵²

O Pronatec se baseia em uma série de objetivos estratégicos, como a ampliação, interiorização e democratização da oferta de cursos técnicos de nível médio, tanto na modalidade presencial quanto a distância. Também busca fortalecer a rede física de instituições que ofertam educação profissional, melhorar a qualidade do ensino médio público por meio de sua integração com a formação técnica, e ampliar as oportunidades de capacitação para os trabalhadores, contribuindo para sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho. Além disso, o programa estimula a criação e disseminação de materiais pedagógicos voltados à educação profissional e tecnológica, e promove a articulação entre as políticas educacionais e as políticas públicas de emprego, renda e desenvolvimento econômico.

Ao apresentar o Pronatec como um instrumento de promoção da cidadania e da competitividade nacional, a ex-presidenta Dilma Rousseff enfatizou que o investimento na formação técnica é essencial para o crescimento econômico do país. Segundo ela, ao ampliar o acesso à qualificação profissional, o programa não apenas melhora a renda e as oportunidades individuais, mas também gera impactos positivos nas famílias e nas comunidades. Dessa forma, o Pronatec foi concebido como uma política pública articulada, voltada ao desenvolvimento social e produtivo do Brasil, especialmente em regiões e públicos historicamente excluídos das oportunidades educacionais e profissionais.

3.9 ROYALTIES DO PETRÓLEO PARA EDUCAÇÃO

A Lei n. 12.858, sancionada em 9 de setembro de 2013, estabeleceu um marco importante no financiamento das políticas públicas de educação e saúde no Brasil, ao destinar recursos provenientes da exploração de petróleo e gás natural para essas áreas.

⁵² PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Dilma: Pronatec cria oportunidades de trabalho que tornam o Brasil mais produtivo**. Brasília: PT, 10 jul. 2014. Disponível em: <https://pt.org.br/dilma-pronatec-cria-oportunidades-de-trabalho-que-tornam-o-brasil-mais-produtivo/>. Acesso em: 18 maio 2025.

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |

Conforme o texto legal, 75% dos royalties arrecadados com a produção de petróleo e 50% do Fundo Social do pré-sal passaram a ser destinados obrigatoriamente à educação, com foco especial na educação básica, e o restante à saúde. Essa decisão legislativa alinha-se às determinações constitucionais dos artigos 214, inciso VI, e 196, que tratam do dever do Estado de garantir o direito à educação de qualidade e à saúde como políticas sociais essenciais.⁵³

Ao direcionar os royalties para a educação básica, a lei busca enfrentar um dos maiores desafios históricos do país: o subfinanciamento da educação pública. Os recursos oriundos da exploração de bens naturais não renováveis, como o petróleo, representam uma oportunidade estratégica para o Brasil investir em melhorias estruturais, na formação e valorização de professores, na aquisição de materiais pedagógicos, e na ampliação do acesso e permanência escolar. Trata-se de uma forma de transformar uma riqueza transitória em capital humano duradouro, promovendo o desenvolvimento social e econômico sustentável a longo prazo.

A aplicação desses recursos vincula-se ainda ao cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente aquelas relacionadas ao aumento do investimento público em educação. A proposta de utilizar os royalties do petróleo como fonte complementar e estável de financiamento revela uma tentativa de consolidar uma política de Estado, e não apenas de governo, que reconhece a educação como instrumento central para a redução das desigualdades sociais e regionais. Assim, a Lei nº 12.858/2013 constitui-se como uma ação legislativa de grande relevância para a construção de um país mais justo, inclusivo e com maior equidade educacional.

3.10 UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um sistema público criado em 2006 com o objetivo de ampliar e interiorizar a oferta de cursos de educação superior no Brasil por meio da modalidade a distância. Coordenada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a UAB promove a articulação entre instituições públicas

⁵³ BRASIL. Lei n. 12.858, de 9 de setembro de 2013. Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural. **Planalto**, Brasília, DF, 10 set. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12858.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

de ensino superior e os entes federados (estados e municípios), visando democratizar o acesso à formação inicial e continuada de professores da educação básica, especialmente em regiões com baixa oferta de cursos presenciais. Com foco na formação docente, a UAB integra a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e desempenha papel fundamental na valorização do magistério e na elevação da qualidade da educação pública.

O sistema funciona por meio de polos de apoio presencial instalados em diversos municípios do país, que oferecem estrutura física, tecnológica e pedagógica para atender os estudantes da educação a distância. Esses polos são mantidos pelas prefeituras ou governos estaduais em parceria com as instituições federais e estaduais de ensino superior, garantindo uma infraestrutura mínima para o desenvolvimento dos cursos. Além de possibilitar a formação inicial, a UAB também oferece cursos de pós-graduação lato sensu e aperfeiçoamento, contribuindo para a formação continuada dos profissionais da educação. Trata-se, portanto, de uma política pública estratégica para promover equidade territorial no acesso ao ensino superior e fortalecer o compromisso do Estado com a educação como direito social.⁵⁴

3.11 EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM)

Durante os governos da presidenta Dilma Rousseff, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) consolidou-se como a principal porta de entrada para o ensino superior público no Brasil. Criado inicialmente em 1998, o exame foi reformulado em 2009, mas foi durante a gestão de Dilma que seu uso como ferramenta de democratização do acesso à universidade foi amplamente expandido. O Enem passou a ser adotado de forma quase universal pelas instituições federais de ensino superior, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), permitindo que milhões de estudantes concorressem a vagas em

⁵⁴ BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **O que é a Universidade Aberta do Brasil (UAB)**. Brasília: CAPES, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/universidade-aberta-do-brasil/mais-sobre-o-sistema-uab/o-que-e-uab>. Acesso em: 18 maio 2025.

universidades públicas de forma unificada e sem a necessidade de deslocamentos para diversos vestibulares.⁵⁵

A presidenta destacou em várias ocasiões o papel do Enem na inclusão social e educacional da juventude brasileira. Em discurso, Dilma afirmou que o exame se tornou essencial para garantir que todos os jovens, independentemente de sua origem social ou localidade, tivessem oportunidades reais de acesso à educação superior. O exame também passou a ser utilizado como critério para ingresso em programas como o Prouni (Programa Universidade para Todos) e o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), além de permitir o acesso à educação técnica e profissional por meio do Sisutec.

Outro marco importante foi a sanção da Lei n. 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, que estabeleceu a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, com recortes de renda, raça e etnia, nas universidades federais. O Enem foi integrado a essa política como mecanismo de seleção, o que reforçou seu papel estratégico na promoção da equidade educacional. A combinação entre a Lei de Cotas e o Enem ampliou significativamente o número de estudantes de baixa renda, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência no ensino superior, contribuindo para a transformação do perfil social das universidades públicas brasileiras.⁵⁶

Durante esse período, o Enem também foi aperfeiçoado em termos de segurança, logística e acessibilidade. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) investiu em melhorias na aplicação do exame e na elaboração das provas, buscando garantir isonomia e credibilidade ao processo seletivo. Como política pública educacional, o Enem foi fortalecido como instrumento de avaliação, inclusão e mobilidade social, tornando-se um símbolo do compromisso do governo com uma educação mais democrática, justa e acessível a todos os brasileiros.⁵⁷

⁵⁵ AGÊNCIA BRASIL. **Dilma: Enem tornou acesso ao ensino superior mais democrático.** Brasília: EBC, 10 out. 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/dilma-enem-tornou-acesso-ao-ensino-superior-mais-democratico>. Acesso em: 18 maio 2025.

⁵⁶ UNDIME. **Dilma sanciona lei de cotas e veta apenas artigo que criava mecanismo de seleção.** Brasília: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, 29 ago. 2012. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/dilma-sanciona-lei-de-cotas-e-veta-apenas-artigo-que-criava-mecanismo-de-selecao>. Acesso em: 18 maio 2025.

⁵⁷ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Enem – Exame Nacional do Ensino Médio.** Brasília: INEP, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em: 18 maio 2025.

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |

3.12 REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI)

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, como parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência no ensino superior público. O Reuni propôs a reorganização acadêmica e administrativa das universidades federais, com foco na ampliação da oferta de vagas nos cursos de graduação, na redução das taxas de evasão e retenção, no aumento da relação entre o número de alunos por professor e na expansão da oferta de cursos noturnos. O programa estabeleceu diretrizes que visavam não apenas à quantidade, mas também à melhoria da qualidade da educação superior pública.⁵⁸

Entre os principais impactos do Reuni está a criação de novos campi universitários, a contratação de professores e técnicos, a expansão de cursos de graduação, especialmente nos períodos noturnos, e a consolidação de políticas de inclusão e permanência estudantil. A iniciativa representou um esforço coordenado para interiorizar o ensino superior federal e democratizar seu acesso, principalmente por meio da articulação com outras políticas, como a Lei de Cotas. O Reuni, assim, contribuiu de forma significativa para a transformação do cenário da educação superior no Brasil, promovendo uma universidade pública mais acessível, inclusiva e socialmente referenciada.

3.13 PNAES E BOLSA PERMANÊNCIA

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), instituído pelo Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010,⁵⁹ é uma política pública voltada à democratização das condições de permanência dos estudantes de baixa renda no ensino superior público federal. O programa tem como objetivo reduzir as desigualdades sociais e regionais que afetam o acesso e a conclusão dos cursos de graduação, garantindo condições mínimas para que estudantes possam se manter nos estudos. Entre suas áreas de atuação estão o

⁵⁸ BRASIL. Ministério da Educação. **Reuni – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Brasília: MEC, [s.d.]. Disponível em: <https://reuni.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 maio 2025.

⁵⁹ BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Planalto**, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |

apoio à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte e creche para filhos de estudantes.

O Pnaes se articula diretamente com as políticas de acesso, como a Lei de Cotas, ao garantir que o ingresso de estudantes oriundos de contextos socioeconômicos desfavorecidos não seja apenas simbólico, mas viabilizado por meio de suporte financeiro e estrutural. Com a ampliação das universidades federais e a interiorização do ensino superior promovidas por programas como o Reuni, tornou-se ainda mais urgente assegurar a permanência desses alunos, muitos dos quais são os primeiros em suas famílias a cursar uma universidade. Nesse contexto, o Pnaes reforça o papel da educação superior como mecanismo de transformação social.

Complementando o Pnaes, foi criado o Programa Bolsa Permanência, a partir da Portaria MEC n. 389, de 9 de maio de 2013, voltado especificamente para estudantes indígenas, quilombolas e outros em situação de vulnerabilidade social. Este programa concede auxílio financeiro mensal a esses estudantes, promovendo não apenas a permanência acadêmica, mas também o reconhecimento das diversidades culturais e históricas que compõem o corpo discente das instituições federais. Juntas, essas políticas públicas refletem o compromisso do Estado com a equidade no ensino superior, contribuindo para a inclusão social e o fortalecimento de uma universidade pública plural e acessível.

3.14 PROUNI E NOVO FIES

Durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, o Programa Universidade para Todos (Prouni), originalmente instituído pela Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005,⁶⁰ foi significativamente ampliado e articulado a outras políticas de inclusão social, como a Lei de Cotas. O Prouni concede bolsas de estudo integrais e parciais (de 50%) em instituições privadas de ensino superior, voltadas para estudantes de baixa renda oriundos da rede pública ou de escolas particulares na condição de bolsistas integrais. Ao fortalecer essa política, o governo Dilma promoveu maior acesso ao ensino superior para jovens negros,

⁶⁰ BRASIL. Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – Prouni. **Planalto**, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11096.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

pardos, indígenas e de famílias com rendimentos mais baixos, reduzindo, assim, desigualdades históricas de acesso à educação superior.

A articulação entre Prounie a Lei de Cotas resultou em um avanço significativo na composição do perfil dos estudantes no ensino superior privado, com maior diversidade social e racial nas instituições beneficiadas. No entanto, o programa também enfrentou críticas quanto à sua lógica de funcionamento, baseada na renúncia fiscal por parte do Estado em favor das instituições privadas, em vez de priorizar investimentos diretos na ampliação da oferta nas universidades públicas. Ainda assim, o Prouni consolidou-se como uma das principais políticas de acesso ao ensino superior no Brasil, possibilitando a milhares de jovens o ingresso em cursos de graduação.

Já o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), reestruturado durante o governo Dilma e conhecido como “Novo Fies”, foi regulamentado pela Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010. O programa passou a oferecer condições mais vantajosas para estudantes de baixa renda, como juros reduzidos, carência estendida e a dispensa de fiador. Além disso, a legislação previu o abatimento parcial da dívida para professores da rede pública e médicos participantes de programas de atenção básica à saúde, como forma de incentivo à atuação em áreas prioritárias do serviço público.⁶¹

Apesar das melhorias implementadas, o Novo Fies enfrentou um crescimento exponencial no número de contratos, o que gerou elevados custos para o Estado. Esse aumento levou à adoção de medidas de controle e restrição a partir de 2015, com novas regras para concessão do financiamento e maior rigor na avaliação das instituições participantes. Ainda assim, tanto o Prouni quanto o Fies, durante o governo Dilma, foram fundamentais para a expansão do acesso ao ensino superior no Brasil, representando um esforço de inclusão e mobilidade social via educação.

3.15 CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

Durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, foi criado o Programa Ciência sem Fronteiras, uma iniciativa voltada à internacionalização da formação acadêmica

⁶¹ BRASIL. Lei n. 12.202, de 14 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES. **Planalto**, Brasília, DF, 15 jan. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12202.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

brasileira e à elevação da qualidade da educação científica no país. Instituído pelo Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011, o programa tinha como principal objetivo proporcionar a estudantes, docentes e pesquisadores brasileiros oportunidades de formação em instituições de excelência no exterior. A proposta visava, ainda, à atração de talentos estrangeiros para o Brasil, promovendo intercâmbios científicos e tecnológicos que contribuíssem para o fortalecimento da produção de conhecimento em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento nacional.⁶²

O Ciência sem Fronteiras contemplava diferentes níveis da formação acadêmica, desde cursos técnicos e de graduação até o doutorado e o pós-doutorado. O programa previa a concessão de bolsas de estudo para que os participantes pudessem realizar parte de sua formação em universidades estrangeiras, com foco especial nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). Além da formação individual, o programa incentivava a cooperação entre grupos de pesquisa brasileiros e internacionais, buscando inserir o Brasil em redes científicas globais e promover a troca de experiências e saberes.

Entre os objetivos específicos do programa estavam: ampliar a mobilidade internacional de estudantes e pesquisadores; estimular o empreendedorismo, a inovação e a competitividade; e aumentar a visibilidade internacional da pesquisa científica brasileira. Outro ponto relevante foi a tentativa de reforçar a inserção do país no cenário global de ciência e tecnologia, ao mesmo tempo em que se buscava formar recursos humanos qualificados para o setor produtivo. O programa também incentivou a fixação de pesquisadores estrangeiros de alto nível no Brasil, criando condições para a cooperação científica bilateral de longo prazo.

O Ciência sem Fronteiras representou uma das maiores apostas do governo federal na capacitação e internacionalização da educação superior e da ciência brasileira. Embora tenha enfrentado críticas relacionadas à distribuição das bolsas e ao retorno efetivo dos investimentos, a iniciativa foi inovadora em sua escala e ambição, tornando-se um marco na política de fomento à ciência e tecnologia no país. Ao promover a formação de milhares de estudantes e pesquisadores em instituições de ponta ao redor do mundo, o programa

⁶² BRASIL. Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. **Planalto**, Brasília, DF, 14 dez. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |

buscou contribuir diretamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico do Brasil.

3.16 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE 2014–2024)

Sancionado pela presidenta Dilma Rousseff, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, representa um marco normativo de longo prazo para a política educacional brasileira. Com vigência de 10 anos, o plano estabelece 10 diretrizes e 20 metas que abrangem desde a educação infantil até a pós-graduação, além de definir estratégias para garantir o cumprimento desses objetivos por parte da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Entre os principais compromissos assumidos pelo PNE estão a erradicação do analfabetismo, a universalização do ensino obrigatório e a elevação do investimento público em educação até o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.⁶³

As diretrizes do PNE incluem ainda a promoção da equidade, da gestão democrática e da valorização dos profissionais da educação. O plano propõe superar as desigualdades educacionais com foco na cidadania e na eliminação de qualquer forma de discriminação, além de reforçar a importância da formação ética e moral no processo educacional. A valorização do magistério, prevista como uma das diretrizes, envolve ações como a garantia de planos de carreira, remuneração condizente e condições adequadas de trabalho para docentes e demais profissionais da área. A meta de gestão democrática busca ampliar os espaços de participação da comunidade escolar na tomada de decisões educacionais.

O PNE também destaca o papel estratégico da educação na promoção do desenvolvimento científico, cultural e tecnológico do país. Ao estabelecer metas quantitativas e qualitativas — como o aumento da taxa líquida de matrícula, a ampliação do número de matrículas na educação em tempo integral e o crescimento das vagas no ensino técnico e superior —, o plano orienta as políticas públicas educacionais em todo o território nacional. A sua implementação depende de ações articuladas entre os entes federativos e

⁶³ BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Planalto**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |

do acompanhamento sistemático de seus resultados, com mecanismos de monitoramento e avaliação pública.

Nesse sentido, o PNE 2014–2024 representa uma ferramenta de planejamento e gestão da educação brasileira, comprometida com os princípios constitucionais do direito à educação. Sua aprovação e regulamentação simbolizam o reconhecimento de que o desenvolvimento social e econômico do país passa, necessariamente, pela consolidação de uma educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade socialmente referenciada.

4 NEOLIBERALISMO E INCLUSÃO SUBORDINADA: a face oculta das políticas educacionais

Apesar do amplo leque de políticas públicas implementadas nos governos de Dilma Rousseff, particularmente no campo da educação, é possível identificar, a partir da leitura crítica de Giovanni Alves,⁶⁴ que tais iniciativas estiveram, em grande medida, limitadas pela lógica estrutural do Estado neoliberal brasileiro. Esse Estado, como apontado por Alves, não é meramente um gestor técnico do capital, mas um agente ativo de reprodução das formas sociais capitalistas, em especial da hegemonia do capital financeiro.

O conceito de “metabolismo político” — central na obra de Alves — ajuda a compreender como o Estado neoliberal opera: trata-se de uma lógica que garante a reprodução ampliada do capital não apenas por meios econômicos, mas também mediante um controle ideológico que esvazia o potencial transformador das políticas sociais. Assim, políticas públicas como o Pronatec, o Mais Educação e o Pnaic, embora tenham objetivos progressistas e inclusivos, foram concebidas e executadas sob uma racionalidade que evita confrontar as bases da desigualdade estrutural. As políticas públicas citadas foram concebidas e executadas sob uma racionalidade que evita confrontar as bases da desigualdade estrutural porque, embora orientadas por objetivos de inclusão e justiça social, foram limitadas por um modelo de Estado moldado pelas exigências do capital financeiro e pela lógica de governança neoliberal. Nesse modelo, a atuação do Estado se restringe à gestão de demandas sociais dentro dos marcos da estabilidade fiscal e do controle orçamentário, sem questionar a concentração de renda, a estrutura tributária

⁶⁴ ALVES, Giovanni. **O Estado neoliberal no Brasil: uma tragédia histórica**. Marília, SP. Projeto Editorial Praxis, 2024. ISBN 978-65-84545-38-0.

regressiva ou as formas históricas de apropriação privada dos bens públicos. Em vez de promover transformações estruturais, essas políticas operam como mecanismos compensatórios que mitigam os efeitos da desigualdade, mas não enfrentam suas causas profundas — como a exploração do trabalho, a precarização das relações produtivas e a desigualdade de acesso aos meios de produção e conhecimento. O resultado é a incorporação subordinada das classes populares à ordem social existente, por meio de uma cidadania restrita e tutelada, que reforça a funcionalidade social das políticas públicas sem alterar a lógica de dominação de fundo.⁶⁵

A retórica da eficiência, da austeridade fiscal e da responsabilidade individual se infiltra nas políticas públicas, conformando um campo de ação limitado à gestão dos efeitos da desigualdade, sem atingir suas causas estruturais. A alocação de recursos oriundos de royalties do petróleo, por exemplo, se apresentou como medida de financiamento inovadora, mas não rompeu com a dependência do Estado frente aos interesses rentistas e à lógica da dívida pública. O próprio Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), ainda que ambicioso, viu-se constrangido por limitações fiscais impostas por um modelo de Estado capturado pelo capital financeiro.

Nesse sentido, as políticas de ampliação do acesso à educação — como o Reuni, o Enem com Lei de Cotas, o Prouni e o Fies — foram implementadas em um contexto de adaptação funcional à ordem neoliberal. Ao mesmo tempo em que democratizam o acesso, essas políticas operam na lógica da inclusão subordinada: incluem sujeitos marginalizados nos limites de um sistema que não se transforma em essência, reforçando a seletividade e a meritocracia como princípios organizadores da cidadania. As metas de desempenho e o controle por resultados, como os observados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), reforçam esse modelo tecnocrático e gerencialista da educação, compatível com os imperativos do capital.

Giovanni Alves alerta que, no Estado neoliberal, mesmo as políticas de proteção social são convertidas em mecanismos de reprodução das condições de exploração do trabalho. O Bolsa Família, por exemplo, embora tenha sido crucial na redução da pobreza extrema, não representou uma ruptura com a lógica da precarização do trabalho e da

⁶⁵ ALVES, Giovanni. **O Estado neoliberal no Brasil: uma tragédia histórica**. Marília, SP. Projeto Editorial Praxis, 2024. ISBN 978-65-84545-38-0.

informalidade — antes, ajudou a conter explosões sociais sem alterar a estrutura de produção e distribuição de riqueza.⁶⁶

O governo Dilma, ao tentar compatibilizar políticas distributivas com a lógica macroeconômica neoliberal — expressa na manutenção do superávit primário, nas metas de inflação e na submissão à lógica da dívida pública —, terminou por esbarrar nos limites do metabolismo político do Estado neoliberal. Esse impasse se tornou evidente no segundo mandato, quando as políticas sociais passaram a sofrer forte retração diante das exigências do ajuste fiscal. O aprofundamento da crise econômica e política em 2015-2016 expôs de maneira clara a fragilidade de qualquer tentativa de projeto social-desenvolvimentista que não confronte frontalmente os pilares da dominação financeira.

Portanto, é necessário compreender que o Estado brasileiro, mesmo sob governos comprometidos com a justiça social, como o de Dilma Rousseff, opera sob os ditames de uma racionalidade neoliberal que neutraliza ou coopta iniciativas emancipadoras. A análise de Giovanni Alves permite, assim, desvelar a aparência progressista de certas políticas e revelar seu enraizamento nas estruturas de reprodução do capital. A hegemonia neoliberal não se dá apenas pelo mercado ou pelas finanças, mas por meio de uma captura profunda das instituições estatais e da imaginação política coletiva.⁶⁷

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu compreender que, embora os governos de Dilma Rousseff tenham implementado um conjunto expressivo de políticas públicas voltadas à inclusão social e ao fortalecimento do direito à educação, tais iniciativas foram moldadas por um Estado já estruturado sob os imperativos do neoliberalismo.

A partir da leitura crítica de Giovanni Alves, evidenciou-se que o Estado neoliberal brasileiro atua não apenas como gestor técnico, mas como operador ideológico de um metabolismo político que naturaliza desigualdades, limita a ação do Estado à lógica da austeridade fiscal e impede transformações estruturais efetivas. Nesse sentido, ainda que programas como o Pronatec, o Mais Educação, o Pnaic e o Reuni tenham promovido

⁶⁶ ALVES, Giovanni. **O Estado neoliberal no Brasil: uma tragédia histórica**. Marília, SP. Projeto Editorial Praxis, 2024. ISBN 978-65-84545-38-0.

⁶⁷ ALVES, Giovanni. **O Estado neoliberal no Brasil: uma tragédia histórica**. Marília, SP. Projeto Editorial Praxis, 2024. ISBN 978-65-84545-38-0.

avanços importantes no acesso à educação e na redução de vulnerabilidades, eles operaram dentro dos limites de uma racionalidade adaptativa e compensatória, que evita confrontar as raízes históricas da desigualdade social no país.

A pesquisa revelou, assim, a tensão permanente entre os projetos de inclusão e a lógica do capital financeiro, demonstrando que, sem uma ruptura com os fundamentos do Estado neoliberal — como a hegemonia do rentismo, a captura do orçamento público e a despolitização da cidadania —, as políticas públicas permanecerão restritas em sua capacidade de promover justiça social plena. O legado do período analisado, portanto, é ambíguo: ao mesmo tempo em que representa um avanço civilizatório no reconhecimento de direitos, revela os estreitos limites da ação estatal quando subordinada à lógica da reprodução ampliada do capital. É nesse ponto que se inscreve a urgência de retomar o debate sobre um novo projeto de Estado, voltado à soberania popular, à democratização das estruturas sociais e à emancipação real dos sujeitos historicamente excluídos.

Assim, a partir da problemática que orientou este estudo — como o Estado neoliberal, consolidado no Brasil após 1988, moldou os contornos das políticas públicas nos governos de Dilma Rousseff? — constata-se que esse modelo estatal impôs uma racionalidade centrada na redução de gastos públicos, na subordinação aos interesses do capital financeiro e na despolitização da ação estatal. Essas características moldaram os limites e a forma das políticas públicas durante os mandatos de Dilma Rousseff, restringindo seu potencial transformador e subordinando iniciativas distributivas a um metabolismo político voltado à reprodução da ordem capitalista.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Dilma: Enem tornou acesso ao ensino superior mais democrático**. Brasília: EBC, 10 out. 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/dilma-enem-tornou-acesso-ao-ensino-superior-mais-democratico>. Acesso em: 18 maio 2025.

ALVES, Giovanni. **O Estado neoliberal no Brasil: uma tragédia histórica**. Marília, SP. Projeto Editorial Praxis, 2024. ISBN 978-65-84545-38-0.

BORDIGNON, Mariana Queiroz et al. Governo Collor: uma análise de como a política externa responde ao contexto neoliberal no pós-Guerra-Fria. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais). **Universidade Federal de Uberlândia** - Repositório Institucional, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/28654/3/GovernoCollorUma.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2025.

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: **Planalto**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 10 de maio de 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor)**. Brasília: CAPES, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/parfor/parfor>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **O que é a Universidade Aberta do Brasil (UAB)**. Brasília: CAPES, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/universidade-aberta-do-brasil/mais-sobre-o-sistema-uab/o-que-e-uab>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Planalto**, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Decreto n. 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. **Planalto**, Brasília, DF, 14 dez. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Caminho da Escola**. Brasília: FNDE, [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – 2013 (Pnaic)**. Brasília: FNDE, [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/bolsas-e-auxilios/lista-de-programas/pacto-nacional-pela-alfabetizacao-da-idade-certa-2013-pnaic-1>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Caminho da Escola: transporte escolar com qualidade e segurança**. Brasília: FNDE, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola/ProgramaCaminhodaEscola2021.pdf>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. Brasília: FNDE, [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Proinfância – Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil**. Brasília: FNDE, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/proinfancia>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio**. Brasília: Inep, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em: 18 maio 2025.

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |

BRASIL. Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. **Planalto**, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Lei n. 12.202, de 14 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES. **Planalto**, Brasília, DF, 15 jan. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12202.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Lei n. 12.858, de 9 de setembro de 2013. Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural. **Planalto**, Brasília, DF, 10 set. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12858.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Planalto**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação**. Brasília: MEC, [s.d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao?id=16689>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reuni – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Brasília: MEC, [s.d.]. Disponível em: <https://reuni.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A construção política da crise econômica brasileira de 2014-2016. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 88, p. 7-22, 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique. Ajuste neoliberal no Brasil. Tese (Doutorado em História). **Universidade Federal Fluminense**, 2013. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1461.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2025.

DIAS, Leonardo Augusto Gonçalves. Direito e Memória: uma perspectiva pós ditadura militar. **Revista Jurídica Legalislux**, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <http://periodicosfacesf.com.br/index.php/Legalislux/article/view/3>. Acesso em: 20 maio 2025.

EIXOS norteadores do PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://1library.org/article/eixos-norteadores-do-pde-plano-de-desenvolvimento-educa%C3%A7%C3%A3o.y96nlpvy>. Acesso em: 18 maio 2025.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. A crise política de 2014-2016. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 36, n. 106, p. 7-28, 2017.

FORTES, R. **Dilma: a biografia não autorizada**. São Paulo: Matrix Editora, 2011.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |

MACIEL, David. O transformismo na substituição da institucionalidade autoritária pela institucionalidade democrática (1985-1990). Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 38, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/5234/3764>. Acesso em: 10 de maio de 2025.

NOVAES, C. A. M. **Dilma Rousseff: a saga de uma guerrilheira**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Dilma: Pronatec cria oportunidades de trabalho que tornam o Brasil mais produtivo**. Brasília: PT, 10 jul. 2014. Disponível em: <https://pt.org.br/dilma-pronatec-cria-oportunidades-de-trabalho-que-tornam-o-brasil-mais-produtivo/>. Acesso em: 18 maio 2025.

POWER, T. J. The Dilma Impeachment and the Future of Brazilian Democracy. **Journal of Democracy**, v. 29, n. 1, p. 119-133, 2018.

RODRIGUES, L. M. **Dilma Rousseff: a história de uma guerreira**. São Paulo: Geração Editorial, 2010.

SALES, Rômulo Batista et al. Uma análise da estratégia do modelo de desenvolvimento brasileiro no período 2003-2014: o consumo de massas. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia). **Universidade Federal de Alagoas**, 2018. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/3260/1/Uma%20an%20a%20lise%20da%20estrat%20gia%20do%20modelo%20de%20desenvolvimento%20brasileiro%20no%20per%20odo%202003-2014%20o%20consumo%20de%20massas.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2025.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011–2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

UNDIME. **Dilma sanciona lei de cotas e veta apenas artigo que criava mecanismo de seleção**. Brasília: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, 29 ago. 2012. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/dilma-sanciona-lei-de-cotas-e-veta-apenas-artigo-que-criava-mecanismo-de-selecao>. Acesso em: 18 maio 2025.

| | |
|---|---------------------------|
| Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo | 2025 - Vol. 16 - Número 2 |
| http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura | rev.edu.cult@cesg.edu.br |